



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

SENTENÇA

Processo nº: **4001040-46.2013.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - CNH - Carteira Nacional de Habilitação**
 Impetrante: **JOÃO APARECIDO PAZINI**
 Impetrado: **DIRETORA TÉCNICA DA 26ª CIRETRAN DE SÃO CARLOS/SP e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

VISTOS.

Trata-se de mandado de segurança impetrado por **JOÃO APARECIDO PAZINI** contra ato da **DIRETORA TÉCNICA DA 26ª CIRETRAN DE SÃO CARLOS**, figurando como ente público interessado o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO**.

Aduz o impetrante que ao tentar renovar seu documento de habilitação foi informado de que o sistema estaria bloqueado por ato da autoridade coatora, sem que houvesse motivação na decisão administrativa, com violação ao contraditório, tendo apresentado recurso administrativo junto ao JARI ainda pendente de julgamento.

Liminar indeferida a fls. 27.

O ente público interessado, **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO- DETRAN**, requereu sua admissão como assistente litisconsorcial (fl. 34/35).

A autoridade coatora prestou informações a fls. 37/37, que vieram acompanhadas dos documentos de fls. 40/48, alegando que o impetrante foi surpreendido pela Polícia Militar em estado de embriagues, portanto, parado e identificado no momento da abordagem policial e que compareceu administrativamente, através de despachante, concordando com as infrações cometidas e solicitando penalidade mínima em razão da necessidade do veículo como ferramenta de trabalho. Penalizado com a suspensão de seu direito de dirigir pelo prazo de 01 (um) ano, deixou de entregar sua CNH.

Indeferido o efeito suspensivo ao agravo de instrumento interposto (fls. 49/50).

O Departamento estadual de Trânsito reiterou as informações prestadas pela autoridade impetrada (fls. 57)

O Ministério Público manifestou-se pela sua não intervenção no feito (fl. 61/62).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

É O RELATÓRIO.

PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.

Sustenta o impetrante que a ilegalidade consiste no bloqueio do seu prontuário mesmo existindo processo administrativo não concluído contra a aplicação da penalidade, conforme comprovam os documentos juntados aos autos.

De fato, há prova de recurso protocolado junto à JARI (fl. 21). Contudo, não há informação do trânsito em julgado das instâncias administrativas, porque da decisão da JARI ainda cabe recurso para o CETRAN, conforme prevê o artigo 14, inciso V, do Código de Trânsito Brasileiro:

“Compete aos Conselhos Estaduais de Trânsito – CETRAN e ao Conselho de Trânsito do Distrito Federal – CONTRANDIFE: V-julgar os recursos interpostos contra decisões: a) das JARI”.

No mais, tem-se que o artigo 265 do CTB estabelece:

“As penalidades de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação serão aplicadas por decisão fundamentada da autoridade de trânsito competente, em processo administrativo, assegurado ao infrator amplo direito de defesa”.

Certo é que o princípio da legalidade nada mais significa senão a completa submissão da Administração ao teor das leis. Logo, resulta claro que, enquanto não concluído o processo administrativo, não há ensejo para a medida tomada.

De lembrar, ainda, o teor do artigo 24 da Resolução 182 do CONTRAN que diz:

“No curso do processo administrativo de que trata esta Resolução não incidirá nenhuma restrição no prontuário do infrator, inclusive para fins de mudança de categoria da CNH, renovação e transferência para outra unidade da Federação, até a notificação para a entrega da CNH de que trata o art. 19”.

De observar-se, ainda, o que estabelece o artigo 6º da Resolução:

“**Esgotados todos os meios de defesa** da infração na esfera administrativa, os pontos serão considerados para fins de instauração de processo administrativo para aplicação da penalidade de suspensão do direito de dirigir”.

Já o parágrafo segundo estabelece que:

“Se a infração cometida for objeto de recurso em tramitação na esfera administrativa ou de apreciação judicial, os pontos correspondentes ficarão **suspensos até o julgamento** e, sendo mantida a penalidade, os mesmos serão computados, observado o período de doze meses, considerada a data da infração”.

É certo que o impetrante concordou, por intermédio de seu despachante (fls. 20), com as infrações cometidas e requereu a aplicação de pena mínima. Contudo, não se tem a comprovação de que foi intimado da decisão de suspensão da sua habilitação pelo prazo de um ano.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA D. ALEXANDRINA, 215, São Carlos - SP - CEP 13560-290

A única comprovação de notificação foi a que ocorreu em 30/10/13, conforme se observa do documento de fls. 18, tendo ele interposto recurso administrativo à JARI, em 31/10/13, ainda pendente de julgamento, de forma que não é possível a aplicação de qualquer penalidade antes de concluídas as etapas do devido processo legal.

Nessa linha de raciocínio, confira-se o julgado:

Processo Administrativo Renovação de CNH - Pendência de julgamento de recurso administrativo Suspensão do direito de dirigir - Inadmissibilidade - Respeito ao contraditório e à ampla defesa - Resolução nº 182/05 do CONTRAN. Recurso improvido. (Apelação nº 0006360-53.2010.8.26.0566, rel. ALVES BEVILACQUA, Dj 08.03.2012).

Patente, portanto, a ilegalidade e evidente o direito líquido e certo do impetrante, pois é direito dele se submeter ao procedimento visando a renovar a habilitação, porque a restrição constante da decisão noticiada, sujeitando-se a recurso, não pode constar do prontuário enquanto não ocorrer o trânsito em julgado administrativo.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, **concedendo a** segurança, para deferir a liminar, e assim, determinar que não seja aplicada sanção administrativa ao impetrante até o término do procedimento administrativo.

Observe que descabe aplicação de multa porque eventual descumprimento da ordem judicial acarreta outra ordem de consequência.

Custas na forma da lei, sendo indevidos honorários.

Comunique-se, por ofício, o teor desta decisão à autoridade tida como coatora, bem como ao E. Tribunal de Justiça, por email.

Escoados os prazos de recurso, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para o reexame necessário, como determina a regra específica da Lei nº 12.016/09, isto é, artigo 14, parágrafo 1º.

P R I C

São Carlos, 14 de fevereiro de 2014.